

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DA EXPERIÊNCIA NO CURSO DE TURISMO DA UFRN

Josemery Araújo Alves¹
Erica Dayane Chaves Cavalcante²
Regina Ferreira de Araujo³
Maria Clara da Silva Oliveira⁴

Resumo: O presente artigo visa a refletir sobre a inclusão de estudantes com necessidades específicas na educação superior a partir do compartilhamento da experiência das ações de inclusão no curso de turismo da UFRN. Para tanto, apresentam-se as ações desenvolvidas pelo grupo de turismo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), atendendo os direcionamentos da política de inclusão da UFRN e atividades que estão sendo desenvolvidas pelo curso em nível de ensino, pesquisa e extensão. Como procedimentos metodológicos foi utilizado o relato de experiência, o qual se trata de um texto que apresenta uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. O principal intuito é o de compartilhar e provocar a reflexão sobre um tema relevante tanto na perspectiva da formação, quanto na atuação do profissional bacharel em turismo. Como forma de reunir e apresentar a experiência, foram acessadas professoras e alunas que têm o tema da inclusão e acessibilidade como foco de interesse, atuando na conscientização por meio de atividades extracurriculares, palestras e pesquisas. Como principais resultados pode-se relatar que no âmbito do ensino o curso conta com vários professores coordenando projetos de ensino, nos quais os monitores contribuem no processo de adaptação de aulas, acompanhamento direto em tarefas que envolvem os conteúdos, suporte para atividades práticas e auxílio para demandas específicas de acordo com as demandas de sala de aula. Com relação aos projetos de pesquisa e extensão, os bolsistas estão envolvidos com a organização de eventos, participação em cursos de formação, pesquisa sobre a temática, rodas de estudo e pesquisas que suscitam reflexões e artigos como este. Além disso, os discentes estão participando de campanhas educativas, como a disseminação de conhecimento sobre Transtorno do Espectro Autista e produção de exposição de combate ao bullying, e organizando um evento sobre neurodivergência.

Palavras-chave: inclusão; acessibilidade; ensino superior; necessidades educacionais específicas; neurodivergência.

¹ Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (2018), com doutorado sanduíche na Universidade de Lisboa (Ulisboa/ ISEG). Possui mestrado em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010) e graduada em Turismo pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2008). Professora do curso de turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em gestão de eventos. Atualmente, tem coordenado pesquisas sobre acessibilidade e ensino superior, projetos sobre inclusão, membro da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade (CPIA) do CCSA. <https://orcid.org/0000-0001-9852-1442>

² Professora do quadro efetivo do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda em Turismo pela UFRN, Mestre em Administração (2008) pela UFRN, especialista em Gestão Financeira e Controladoria (2019) pela ESTÁCIO, bacharelada em Administração, bacharel em Gestão de Políticas Públicas (2013) e turismóloga (2005) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui experiência profissional em Gestão Pública e Privada e experiência docente nos cursos de Turismo, Administração, Ciências Contábeis, Gestão Financeira, Marketing, Gestão de Recursos Humanos, Segurança do Trabalho e Engenharia. <https://orcid.org/0000-0002-7641-6198>

³ Professora do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. Doutoranda em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR - UFRN). E-mail: regina.araujo@ufrn.br. <https://orcid.org/0000-0002-4728-8094>

⁴ Bacharelado (Departamento de Turismo). <https://orcid.org/0009-0001-1633-9397>

INCLUSION AND ACCESSIBILITY IN UNIVERSITY EDUCATION: REPORT OF THE EXPERIENCE ON THE UFRN TOURISM COURSE

Abstract: This paper aims to reflect on the inclusion of students with specific needs in university education by sharing the experience of inclusion actions in the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) tourism course. The actions developed by the tourism group at the Center for Applied Social Sciences are presented, taking into account the guidelines of UFRN's inclusion policy and activities that are being developed by the course at the teaching, research and extension level. In the methodological procedures, an experience report was used, which is a text that presents an academic and/or professional experience in one of the pillars of university education (teaching, research and extension), whose main characteristic is the description of the intervention. The main purpose is to share and provoke reflection on a relevant topic both from the perspective of training and the performance of professionals with a bachelor's degree in tourism. As a way of gathering and presenting the experience, teachers and students who have the topic of inclusion and accessibility as a focus of interest were accessed, working to raise awareness through extracurricular activities, lectures and research. Among the results, it is reported that within the scope of teaching, the tourism course has several teachers coordinating teaching projects, in which monitors contribute to the process of adapting classes, directly monitoring tasks involving content, supporting activities practices and assistance for specific demands according to classroom demands. Regarding research and extension projects, scholarship holders are involved in organizing events, participating in training courses, research on the topic, study circles and research that provoke reflections and articles like this one. Furthermore, students are participating in educational campaigns, such as disseminating knowledge about Autism Spectrum Disorder and producing an exhibition to combat bullying and organizing an event on neurodivergence.

Keywords: inclusion; accessibility; University education; specific educational needs; neurodivergence.

Introdução

Ter acessibilidade e inclusão nas universidades é fundamental para promover a igualdade de oportunidades e garantir que todas as pessoas possam exercer seu direito à educação, independentemente de suas características físicas, sensoriais, cognitivas ou socioeconômicas. Além disso, existem diversas razões pelas quais a acessibilidade e a inclusão devem ser valorizadas nas universidades.

Dentre as pautas existentes, pode-se listar a diversidade e enriquecimento do ambiente acadêmico, dado que a inclusão de estudantes com diferentes habilidades e experiências tende a enriquecer a formação e promover uma maior diversidade de perspectivas e ideias; a promoção da justiça social, considerando que a exclusão de estudantes com deficiência ou necessidades específicas pode perpetuar desigualdades sociais e econômicas; o cumprimento da lei, já que a legislação brasileira estabelece que as instituições de ensino superior devem garantir a acessibilidade e a inclusão desses estudantes; a preparação para o mercado de trabalho, uma vez que a inclusão de estudantes com deficiência ou necessidades específicas no ensino superior pode prepará-los melhor para o mercado de trabalho e promover a igualdade de oportunidades de emprego; e o desenvolvimento de tecnologias assistivas, já que a inclusão

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

desses estudantes pode estimular o desenvolvimento de metodologias e soluções inovadoras para melhorar as condições e permanência no ensino superior (Sá, 2020, MEC, 2008).

Existem diversos estudos e pesquisas sobre inclusão e acessibilidade, alguns exemplos de temas abordados compreendem a inclusão de pessoas com deficiência a partir de estudos que investigam a inclusão nas universidades brasileiras, com foco em aspectos como acessibilidade arquitetônica, pedagógica e tecnológica (eg. Cantorani, Helmann & Silva, 2020, Riella, 2020).

Além disso, estudos compreendem as ações afirmativas em pesquisas que avaliam os efeitos das políticas de cotas raciais e sociais na inclusão de grupos historicamente excluídos do ensino superior (Silame, Martins Júnior & Fonseca, 2020); diversidade e gênero em estudos que investigam a inclusão de estudantes LGBTQIA+ e mulheres nas universidades brasileiras, com foco em aspectos como a garantia de espaços seguros e o combate ao assédio e à discriminação (Venturini, 2017; Capucce, Costa Medeiros, Silva, Silva, Andrade, Santos & Junior, 2021); pesquisas que avaliam a acessibilidade de plataformas digitais utilizadas pelas universidades, como sistemas acadêmicos e ambientes virtuais de aprendizagem (Freire, Paiva & Fortes, 2020) e; estudos que investigam a formação de professores para a promoção da inclusão e da acessibilidade nas universidades (Pletsch, 2009).

Quando se fala de pessoas com necessidades específicas, essa expressão é empregada para se referir às pessoas que têm alguma dificuldade ou limitação em relação às funções físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, e que, por isso, requerem atenção e cuidados especiais. Segundo a UNESCO (1994), pessoas com necessidades educacionais específicas são aquelas que têm uma deficiência física, sensorial ou intelectual, um transtorno do desenvolvimento, uma doença mental, ou que precisam de apoio educacional especializado devido a circunstâncias sociais ou emocionais, como defasagem escolar ou comportamento inadequado.

Neste artigo, o interesse se volta particularmente ao que aqui denominou-se, a propósito didático, de dois grupos de pessoas com necessidades específicas - pessoas neurodivergentes e pessoas com mobilidade reduzida -, por serem necessidades identificadas no quadro de discentes do curso de turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

No curso de turismo, mesmo de forma iniciante, é possível listar um conjunto de ações realizadas em prol da inclusão e acessibilidade dos seus alunos. A necessidade de planejamento suscitou a partir da chegada de alunos com as necessidades específicas supracitadas, o que demandou a busca de informações e preparo por parte dos professores para que pudessem ajudar

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

na acolhida, socialização, inclusão e acessibilidade destes alunos, além dos aspectos referentes ao ensino-aprendizagem.

Com base no exposto, este artigo parte do objetivo de refletir sobre a inclusão de estudantes com necessidades específicas na educação superior a partir do compartilhamento da experiência das ações de inclusão no curso de turismo da UFRN. Portanto, são apresentadas as ações desenvolvidas pelo grupo de turismo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) atendendo os direcionamentos da política de inclusão da UFRN e atividades que estão sendo desenvolvidas pelo curso em nível de ensino, pesquisa e extensão.

Para além desta introdução, este relato de experiência segue pela apresentação dos procedimentos metodológicos adotados; os resultados alcançados e implicações práticas e conclusões.

Revisão de Literatura**Acessibilidade e inclusão no ensino superior**

O termo acessibilidade surgiu no final da década de 1940 para designar a condição de acesso de pessoas com deficiência (Sasaki, 2006), que é definida de acordo com o inciso I do Art. 2º da Lei 10.098/2000 como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dessa maneira, para pensar a acessibilidade dentro das universidades, é importante ressaltar que as instituições de ensino incluem muitos espaços. As barreiras começam nos aspectos arquitetônicos, mas as condições estruturais é somente um limitante, considerando as outras demandas específicas que vão desde acesso a comunicação e a informação, metodologias de ensino e materiais didáticos adaptados, grupos de apoio, e principalmente, garantir que as normas institucionais que tratam sobre inclusão sejam atendidas.

A inadequação dos ambientes ao qual pessoas com necessidades específicas estão submetidas pode desencadear a potencialização de suas demandas, sendo importante considerar as especificidades de cada deficiência para a construção de políticas públicas eficientes que atendam e garantam o direito de todos, de maneira mais justa e equilibrada.

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

A acessibilidade dentro das universidades começou a surgir na década de 60, quando algumas universidades americanas decidiram tornar seus espaços mais acessíveis através das construções de rampas, banheiros adaptados, estacionamentos para pessoas com deficiência e também adaptações nas áreas externas dessas universidades. Tais ações foram tomadas com o objetivo de eliminar as barreiras arquitetônicas, após esse período, no ano de 1981 principalmente, onde foi constituído como o ano internacional das pessoas com deficiência, iniciou-se a nível internacional uma mobilização para acabar não somente com as barreiras arquitetônicas, mas para exigir que novos projetos fossem construídos de maneiras adaptadas, trazendo a concepção de desenho universal (Sasaki, 2006).

Atualmente, atrelado a mudança arquitetônica dos locais, há a necessidade de pensar em outros meios de inclusão e acessibilidade, estes que ao longo do tempo e avanço da sociedade tem recebido auxílio de tecnologias, como por exemplo, a Tecnologia Assistiva que “engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia.” (Brasil, 2009b, p. 26).

Sendo assim, a tecnologia assistiva tem auxiliado às pessoas com deficiência sensorial, física, intelectual ou múltipla a terem mais independência e autonomia com segurança, criando assim a possibilidade deles de ultrapassar grandes obstáculos impostos e ampliando sua qualidade de vida e inclusão social, aumentando as opções de comunicação, mobilidade, aprendizado, integração no trabalho, família, amigos e sociedade, viabilizando acessos a diversos espaços sociais.

A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecida através do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 tipifica no Art. 2º a falta de acessibilidade como discriminação por motivo de deficiência, definindo como:

[...] qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável. (Brasil, 2009, p. 5).

Além disso, a discriminação fere um dos princípios básicos da referida convenção e é configurada como violação da dignidade humana. É importante ressaltar que a sociedade ainda não conseguiu assegurar espaços projetados com equidade para todas as pessoas, dessa forma,

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

continua-se a luta em busca da não discriminação e acessibilidade para a redução de barreiras que impedem o acesso a comunicação e informação, aprendizado, lazer e cultura.

Alguns avanços para alcançar a acessibilidade e inclusão vem ocorrendo no Brasil, como exemplo, pode-se citar a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva em julho de 2012, tendo como objetivo produzir uma rede de núcleos de pesquisa em universidades públicas, fomentando a produção científica e inovação tecnológica do país nessa área, atualmente cerca de 90 núcleos tem o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, instituindo assim a Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva.

Para que ocorra a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é necessário observar o meio social ao qual estão inseridos e levar em consideração as condições de acessibilidade presente nas estruturas arquitetônicas das instituições, as políticas inclusivas das estruturas administrativas também devem refletir em busca da inclusão, para além dessas observações é válido destacar a importância de “uma prática educativa que propicie a participação de alunos e professores no reconhecimento das diferenças e na criação de estratégias para a superação das dificuldades que surgirem.” (Ferrari & Sekkel, 2007, p.637), eliminando assim a discriminação e construindo uma luta contra a exclusão.

Pensando nessas questões, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), desde o ano de 2019, através da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), desenvolve iniciativas em relação à política de inclusão da universidade, oferecendo à comunidade universitária um espaço de referência que busca orientação e apoio a inclusão para pessoas com deficiência, visando promover e assegurar a garantia das condições adequadas de acessibilidade e permanência na universidade.

A SIA delimita como objetivo de atuação prestar informações e orientações à comunidade acadêmica a respeito do processo de inclusão e acessibilidade de estudantes e profissionais com necessidades específicas no ambiente acadêmico ou profissional; contribuir com as condições de acesso, serviços de apoio, recursos e auxílios de acessibilidade voltada à eliminação das barreiras de participação e aprendizagem; instituir e apoiar os centros, unidades acadêmicas especializadas e administração central na implantação de redes de apoio através das comissões permanentes de inclusão e acessibilidade, visando então, desenvolver e acompanhar de ações alinhadas à política de inclusão e acessibilidade da UFRN.

A política de inclusão e acessibilidade para as pessoas com necessidades específicas, que teve sua última atualização no ano de 2022, tem como princípio o respeito e à valorização

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

das singularidades e das diversidades; a dignidade da pessoa humana; a educação e trabalho como direitos sociais fundamentais; capacidade que todos têm de aprender; singularidade no processo de aprendizagem de cada pessoa e a inclusão social como responsabilidade de todos.

Os direcionamentos da política de inclusão e acessibilidade visam orientar o desenvolvimento de ações acadêmico-administrativas no âmbito da UFRN, alinhados às metas do Plano de desenvolvimento institucional (PDI). Também é possível citar a criação das Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIA), que estão presente nas unidades acadêmicas e administrativas, sendo composta por servidores e estudantes da própria instituição, no intuito de levantar as demandas dos servidores e alunos com necessidades específicas e propor ações práticas que promovam a participação ativa deste público.

A política de inclusão de acessibilidade da UFRN, bem como a SIA, atuam de maneira geral dentro da UFRN, englobando toda comunidade acadêmica com necessidades específicas, para além delas, existe também o Núcleo de Apoio ao Discente (NADIS) um programa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), este ao qual o Departamento de Turismo se encontra. O NADIS está ligado diretamente ao apoio dos alunos no que se refere aos aspectos pedagógicos e psicológicos inerentes ao processo ensino-aprendizagem, viabilizando estratégias para o estudante desenvolver as competências necessárias para o melhor desempenho acadêmico-profissional, auxiliando também o corpo docente com suporte para planejar de estratégias que visem o êxito acadêmico do aluno.

De acordo com Ferreira (2007) a inclusão vai além da inserção de pessoas com deficiência no ambiente acadêmico, é preciso preparar também esse ambiente para as receber, sendo assim:

[...] incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais – aquelas referentes ao “olhar” das pessoas normais e desinformadas – para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si (Ferreira, 2007, p.44).

Através da política de inclusão e acessibilidade, o NADIS e CPIA é visto que a UFRN vem ajustando o seu sistema de ensino para incluir e satisfazer as necessidades dos estudantes, favorecendo assim, condições de acesso à educação superior para as pessoas com necessidades específicas, sejam elas físicas, visuais ou mentais, auxiliando na remoção de barreiras e auxiliando no processo de ensino-aprendizagem.

Necessidades Educacionais Específicas

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são consideradas pessoas com necessidades específicas e requerem atenção especializada e serviços adequados às suas características e necessidades (MEC, 2008).

Ao longo dos séculos, as pessoas com deficiência foram rotuladas de diversas maneiras, refletindo a evolução das percepções e atitudes em relação a elas. Esses termos incluíam “inválidas”, “incapacitadas” e “defeituosas”. Com o tempo, houve mudanças na terminologia, passando a utilizar expressões como “pessoas deficientes”, “portadoras de deficiência”, “com necessidades especiais” e “especiais”. Recentemente, a terminologia adotada tem sido “pessoas com deficiência”, sendo esse o termo predominante desde 1990 até os dias atuais (Sasaki, 2006).

Essas mudanças refletem a busca por uma abordagem mais inclusiva e centrada na valorização da pessoa como um todo, superando estigmas e promovendo uma visão mais positiva e respeitosa em relação à diversidade funcional.

Souza e Aguiar (2020) abordam as questões de inclusão dos discentes com necessidades educacionais específicas, retratando que esse processo vai além do ingresso, ao considerar aspectos gerais que envolvem desde infraestrutura a recursos de apoio que viabilizem a permanência desses alunos nas instituições, minimizando assim, os índices de evasão.

O atendimento educacional especializado envolve “o conjunto de serviços e estratégias específicas; como na organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras e possibilitem o acesso ao currículo, à comunicação e aos espaços físicos, considerando as necessidades de cada aluno/a.” (Anache, Rovetto & Oliveira, 2014, p. 300) Na UFRN, o atendimento educacional especializado acontece com o auxílio da equipe de psicólogos e educadores da secretaria de inclusão e acessibilidade (SIA), que faz o acompanhamento dos alunos com autodeclaração de necessidade específica, emite parecer e orienta as coordenações dos cursos. Em seguida, a matrícula do aluno fica identificada no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) com um símbolo universal de deficiência.

No curso de turismo, os alunos acompanhados pela SIA são compostos notadamente por dois grupos, sendo: pessoas que foram diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou possuem Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH); e discentes

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

que possuem mobilidade reduzida, composto por deficiência (PcD) física (que se locomovem com auxílio de cadeira de rodas) ou visual (que têm baixa visão).

Referindo-se ao primeiro grupo, o TEA trata-se de uma condição neurológica que pode afetar a capacidade de comunicação, interação social e comportamento de uma pessoa. O TEA é considerado um transtorno do neurodesenvolvimento, ou seja, está presente desde a infância e pode ser diagnosticado a partir de observação do comportamento da criança. A pessoa que tem Transtorno do Espectro Autista (TEA) é chamada de autista ou pessoa com autismo (Ferreira, 2016).

Por sua vez, o TDAH é um transtorno neuropsiquiátrico que afeta principalmente crianças e, em alguns casos, persiste na vida adulta. É caracterizado por dificuldades em manter a atenção, hiperatividade e impulsividade. As pessoas com TDAH podem apresentar dificuldades em se concentrar em tarefas, seguir instruções, manter a organização, controlar impulsos e, em alguns casos, podem ser excessivamente ativas e inquietas. Esses sintomas do TDAH podem afetar a vida acadêmica, profissional, social e emocional dos indivíduos (Graeff & Vaz, 2008).

Em relação ao segundo grupo, pessoas com deficiência física que utilizam cadeira de rodas enfrentam desafios relacionados à mobilidade e à acessibilidade. Devido à sua condição, elas podem ter dificuldades em se locomover em espaços que não estão adequadamente adaptados, como calçadas estreitas, escadas sem rampas ou edifícios sem elevadores acessíveis. Além disso, a utilização da cadeira de rodas pode exigir esforço físico adicional para transitar em terrenos irregulares, superar obstáculos e enfrentar barreiras arquitetônicas. A falta de rampas, elevadores acessíveis e banheiros adaptados pode limitar sua independência e participação plena em diversos ambientes e atividades (Souza & Costa, 2014).

Uma pessoa com baixa visão é aquela que possui uma redução significativa da capacidade visual, mas ainda possui algum grau de visão residual. A baixa visão pode variar em termos de gravidade e afetar diferentes aspectos da visão, como acuidade visual, campo visual, sensibilidade ao contraste ou capacidade de discriminar cores. As pessoas com essa deficiência geralmente enfrentam dificuldades para realizar tarefas cotidianas que exigem uma visão normal, como ler, escrever, dirigir, reconhecer rostos ou movimentar-se com segurança. No entanto, elas ainda podem utilizar recursos visuais e auxílios específicos, como lupas, lentes de aumento, iluminação adequada ou tecnologias assistivas, para maximizar o uso da visão residual (Sousa Silva, 2021, Alexandrino, Souza, Bianchi, Macuch & Bertolini, 2017).

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista, regulamentada pelo Decreto nº 8.368 (Brasil, 2014), assegura o direito à educação em todos os níveis. Em 2015 foi aprovada a Lei nº 13.146, que institui o direito de acesso ao sistema educacional inclusivo da pessoa com deficiência desde a educação infantil até a educação superior (Brasil, 2015). Apesar dessas leis, por diversas vezes, a exclusão de pessoas com necessidades especiais está presente nos mais variados locais aos quais frequentam, como por exemplo, o ambiente acadêmico e trabalhista, sendo bem comum a invisibilidade e subestimação de pessoas com TEA. Buscando diminuir essa exclusão, as instituições de ensino superior são cada dia mais desafiadas a assumir a acolhida desses estudantes, com uma realidade educacional mais exigente e complexa, tendo também que assegurar as condições adequadas para que estes realizem com qualidade os seus estudos e possam concluir sua formação acadêmica (Dias Sobrinho, 2010).

O ensino superior é um fator importante para melhorar a empregabilidade e independência financeira, podendo também contribuir para a participação das pessoas com TEA na comunidade (Vanbergeijk, Klin & Volkmar, 2008; Volkmar & Wolf, 2013), sem esse apoio esses indivíduos têm uma maior proporção de enfrentar grandes taxas de desemprego e oportunidades precárias de trabalho, além de enfrentar uma grande discriminação.

Ao longo do tempo, as pessoas com deficiência têm sido negligenciadas em relação às políticas sociais e educacionais, resultando em uma abordagem educacional segregada e baseada no modelo de educação não formal. Explorar a universalização da educação e o direito inalienável de todos os indivíduos à cidadania, juntamente com o esforço coerente para promover a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular, é um desafio político que requer ações organizadas, geração de conhecimento e uma reflexão aprofundada da realidade (Caiado, 2022, pp. 29-30).

Ao ponderar sobre a educação do aluno com deficiência visual, estamos examinando as diversas trajetórias que esses estudantes podem seguir em suas vidas, levando em consideração as circunstâncias sociais que afetam suas famílias, é importante reconhecer que essas condições estão desigualmente distribuídas e, muitas vezes, têm um caráter prejudicial (Sordi, 2022, p. 13) isto também se encaixa aos alunos com deficiência física e TEA, que frequentemente enfrentam exclusão e desafios semelhantes a estes.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a preocupação com a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência ou necessidades específicas está cada vez mais presente, representada a partir de ações realizadas pelos setores Secretaria de Inclusão e

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

Acessibilidade (SIA), Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade para cada centro (CPIA's) e Núcleo de Apoio ao Discente (NADIS). Além disso, existem iniciativas dos próprios cursos desta instituição. Dentre as práticas para o atendimento educacional especializado (AEE), a instituição conta com laboratório de acessibilidade para adaptação de material, setor de acessibilidade e suporte de equipe de tradução e interpretação de libras.

Metodologia

Este artigo se trata de um relato de experiência, o qual consiste em um texto que apresenta uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção (Mussi, Flores & Almeida, 2021). Teve-se o objetivo de refletir sobre a inclusão de estudantes com necessidades específicas na educação superior a partir da experiência vivenciada no curso de turismo da UFRN. O principal intuito é o de compartilhar e provocar a reflexão sobre um tema relevante tanto na perspectiva da formação, quanto na atuação do profissional bacharel em turismo.

Como forma de reunir e apresentar a experiência, foram acessadas professoras e alunas que têm o tema da inclusão e acessibilidade como foco de interesse, atuando na conscientização por meio de atividades extracurriculares, palestras e pesquisas. Participaram do momento de compartilhamento da experiência três professoras, entre as quais uma delas representou a coordenação do curso.

Considerando que um relato de experiência é fundamentado por quatro premissas, sendo elas ser informativo; referenciado; dialogado; e crítico, o presente relato cumpre as referidas premissas. É informativo e referenciado, uma vez que além de apresentar informações sobre o tema abordado, o referencial subjacente ao relato foi construído com base na literatura científica atual. É dialogado e crítico porque traz a experiência vivida dialogando com a literatura e apresentando um senso crítico quanto às melhorias que ainda podem ser feitas em relação ao tema nas práticas acadêmicas.

Relato da experiência- Curso de Turismo UFRN

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao longo dos anos de fundação, tem procurado construir um legado de referência para a educação do estado. Nesse ínterim, surgem

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

as diretrizes focadas em uma instituição mais acessível e inclusiva para estudantes, professores e técnicos que compõem seu quadro.

Desde 2010, a UFRN passa por estruturação para atender às várias demandas provenientes do acesso de estudantes com necessidades educacionais específicas, com criação da CAENE (Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais) que em 2019 transformou-se em Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), voltados a garantir que os direitos de acesso sejam assegurados, viabilizando permanência e inclusão das pessoas com necessidades específicas em conformidade com a legislação e a responsabilidade social da UFRN (Secretaria de Inclusão e Acessibilidade, UFRN, 2022).

Dentre os Centros da UFRN, o de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) conta com o curso de turismo que vem atuando na formação de bacharéis.

Ações de inclusão e acessibilidade do curso de turismo da UFRN

No intuito de maior interação sobre as pautas em torno da inclusão e acessibilidade, o curso de turismo tem representante na Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade (CPIA) do CCSA. Esse grupo (formado por professores, representantes de alunos PcD, servidores, SIA e gestores) atua no planejamento e execução de atividades que promovem o desenvolvimento e bem-estar dos alunos com necessidades específicas, voltada à discussão para os cursos do centro (CCSA). Nesse ínterim, sempre está em pauta o levantamento de demandas e idealização de propostas que possam promover melhores condições de acesso e permanência aos alunos do curso.

Na CPIA, além das deficiências físicas, é considerado as particularidades das deficiências ocultas, tais como transtornos do neurodesenvolvimento e psicológicos, ressaltando que no retorno da pandemia os alunos, de maneira geral, sofreram impactos significativos na conjuntura socioemocional, influenciando no ambiente universitário. Assim, a CPIA dá o suporte a docentes, discentes e servidores com deficiências físicas ou ocultas, desempenhando significativo papel para condução de atividades que visam divulgar informações, promover eventos, rodas de experiências e orientar docentes para adaptação de estratégias de ensino mais eficientes.

No curso de turismo, na medida em que os primeiros alunos com deficiência chegaram, começou o processo de acolhimento que vinha sendo planejado e ajustes pedagógicos, junto a

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

SIA, CPIA e NADIS, para melhor preparo docente, viabilizando condições de ensino que se aproximem da realidade de cada aluno.

Dessa forma, o curso tem atuado no intuito de contribuir com as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRN, no que diz respeito à acessibilidade e educação inclusiva, bem como, colaborar com os direcionamentos da Agenda 2030 no que versa sobre “Educação de Qualidade” e “Redução das Desigualdades”. A universidade tem se empenhado para proporcionar condições estruturais, sensoriais e pedagógicas para que os alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) tenham melhores condições de formação, assim como, os demais alunos. Por isso, o curso de turismo tem se empenhado para fornecer direcionamentos e sensibilidade para atender demandas específicas que vão surgindo.

Projetos de ensino

Ao levantar as demandas educacionais específicas, foi elaborado e está sendo implantado o projeto de ensino “Tutoria em educação inclusiva: necessidades específicas do curso de turismo”. O projeto tem atuado junto aos graduandos, visando a melhoria da qualidade do ensino e desempenho acadêmico de alunos com necessidades educacionais especiais, fornecendo acompanhamento direcionado, estimulando a participação em atividades práticas e possibilitando novas vivências de ensino e aprendizado para tutores e tutorandos.

As ações que estão sendo desenvolvidas versam sobre acessibilidade como eixo estruturante da política de inclusão social no que tange a inserção e permanência no ensino superior. Dessa forma, o projeto consiste na junção de profissionais da própria UFRN e pesquisadores externos que estão trabalhando nessa temática, buscando uma interdisciplinaridade entre áreas do conhecimento para tratar de questões gerais em torno da educação inclusiva no âmbito universitário.

Portanto, dentre as atividades planejadas para 2023, tem-se desde cursos de formação; participação em campanhas de conscientização e sensibilização sobre inclusão; organização de eventos, incluindo ciclos de palestras, oficinas e minicursos; gerenciamento de audiência pública para tratar sobre “educação inclusiva e enfrentamento ao bullying: do ensino médio ao superior”; compartilhar experiências exitosas desenvolvidas pelas comissões permanentes de inclusão e acessibilidade (CPIA’s) da UFRN e outras instituições de ensino superior; participar de eventos sobre acessibilidade e educação inclusiva; e dialogar sobre as dificuldades

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

educacionais, adaptações curriculares e estratégias metodológicas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos PCD.

Diante as demandas levantadas, o projeto conta um cronograma de ações, contando com o auxílio de bolsistas do projeto para viabilizar desde eventos virtuais, rodas de estudo, visitas externas, participação em cursos de formação continuada e partilha de experiências com outros cursos. Assim, o grupo de alunos, docentes e servidores envolvidos, recebem demandas, socializam vivências, orientam atividades com o grupo de alunos PCD e comunicação direta com a SIA como suporte institucional da UFRN.

Além disso, o curso conta com vários professores coordenando projetos de ensino, no qual os monitores contribuem no processo de adaptação de aulas, acompanhamento direto em tarefas que envolvem os conteúdos, suporte para atividades práticas e auxílio para demandas específicas de acordo com as demandas de sala de aula.

Projetos de extensão

A sociedade precisa ultrapassar as barreiras do desconhecimento para acolher e lidar com as diferenças, por isso, enquanto universidade, por meio de ações extensionistas, é possível ampliar o diálogo com a comunidade em geral, bem como, difundir informações e partilhar experiências e ações exitosas.

Nesse íterim, está em andamento no curso de turismo o projeto de extensão “Acessibilidade e ensino superior: as necessidades educativas específicas no contexto universitário.” É preciso acolher, conscientizar e sensibilizar, docentes, discentes e servidores sobre as particularidades direcionadas para atender às pessoas com Necessidades Específicas (PNE) considerando os casos em gerais, que consistem em deficiências físicas, visual, surdez, intelectual, auditiva, transtornos globais, TEA, TDAH, dislexia, aproxia, discalculia, altas habilidades, etc. Diante o leque de deficiências e desconhecimento das características específicas, a universidade precisa acolher, capacitar e formar profissionais/alunos com maior sensibilidade para as questões em torno da inclusão e acessibilidade.

O projeto de extensão visa então, disseminar conhecimento, formação, ações sociais e contribuir para o avanço científico no que diz respeito aos direitos e formatação de uma educação acessível, proporcionando capacitação profissional e acolhimento para esse público que estatisticamente tem aumentado o ingresso na UFRN.

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

No contexto universitário, visamos atender os requisitos da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFRN (2019) que busca apoiar “projetos de ensino, pesquisa e extensão que tratem de inovações metodológicas, tecnológicas, práticas e produtos visando à melhoria da qualidade de vida e inclusão social no âmbito pessoal, acadêmico e laboral das pessoas com necessidades específicas” (Art. 5º, cap. V). Iniciativas como essa pretendem fortalecer o campo acadêmico para conscientizar, sensibilizar e fornecer subsídios necessários para um ensino superior de qualidade e para todos, diminuindo as barreiras de permanência dos PcD na UFRN.

Como implicações práticas do projeto de extensão, os bolsistas estão envolvidos com a organização de eventos, participação em cursos de formação, pesquisa sobre a temática, rodas de estudo e pesquisas que suscitem reflexões e artigos como esse. Além disso, os discentes estão participando de campanhas educativas, como a disseminação de conhecimento sobre Transtorno do Espectro Autista e produção de exposição de combate ao bullying.

Eventos

Os eventos fazem parte do plano para difundir informações e promover conhecimento sobre as diversas deficiências. Sabe-se que a falta de conhecimento é entrave para minimizar o preconceito e acolher as diferenças, por isso, foi pensado um ciclo de palestras tendo como título “Autismo em foco: ação de sensibilização e conscientização sobre inclusão”.

Por isso, em comemoração ao dia mundial de conscientização sobre o autismo, comemorado 2 de abril, um grupo de professores do curso de turismo e profissionais com vivências em autismo, se reuniram para ministrar palestras de orientações nas escolas de Natal e Parnamirim, contribuindo para disseminar conhecimentos sobre o TEA. Também foi ministrado palestra no ambiente universitário para alunos do curso de turismo, considerando o compromisso de acolher e contribuir com a permanência dos alunos com autismo na UFRN.

No intuito de contribuir para uma sociedade mais inclusiva, é preciso levantar o debate e oferecer ferramentas que facilitem a comunicação, interação e atuar frente às particularidades de cada necessidade específica. Portanto, faz-se necessário atuar como núcleo estruturante, propagando conhecimento e informações sobre deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e síndromes, pensando juntos em metodologias que facilitem o processo de aprendizagem, campanhas de conscientização, cursos e palestras.

O crescente número de pessoas com necessidades diversas faz com que o ambiente educacional (escolas e instituições de ensino superior) precise estar preparado ao novo contexto

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

e contribuir com formação de maneira geral, tendo papel relevante na difusão de informações e conhecimentos para professores, servidores, alunos e pais que lidam direta/indiretamente com o acompanhamento e tratamento das deficiências.

O II Encontro pela neurodivergência é um evento científico que está sendo organizado, com previsão de realização para junho de 2023, voltado para pessoas neurodivergentes, com transtornos psiquiátricos (depressão, ansiedade, esquizofrenia, bipolar), pessoas com transtorno do neurodesenvolvimento (autismo, síndrome de Down ou outros tipos de deficiência intelectual) e pessoas com deficiências de aprendizagem (TDAH, dislexia, discalculia, disgrafia), comunidade acadêmica e sociedade em geral interessados na temática.

O encontro é coordenado por professoras e alunos do turismo e administração pública, bem como, pelos integrantes do coletivo neurodivergente da UFRN, participando da comissão organizadora e pensando juntos em pautas relevantes para serem debatidas. O evento pretende estimular estudantes neurodivergentes a participar das discussões e o empoderamento da causa, combatendo as barreiras da exclusão.

No evento, também está previsto uma audiência pública que retrata a temática da “Educação inclusiva e enfrentamento ao bullying: do ensino médio ao superior”, sendo um importante espaço de debate entre autoridades públicas, gestores da educação e sociedade em geral.

Cientes das pautas levantadas pelos próprios alunos PcD que integram o coletivo neurodivergente da UFRN, tem-se a intenção de prover estratégias que favoreçam seu empoderamento, bem como, estreitar o diálogo com a sociedade e profissionais, trazendo à tona disseminação de conhecimento sobre acessibilidade e educação inclusiva.

Considerações finais

A partir da experiência relatada, considera-se que o Curso de Turismo da UFRN tem demonstrado um esforço exímio em não apenas proporcionar acessibilidade aos alunos com necessidades específicas, mas também discutir o tema tanto com professores quanto com alunos, nos pilares aos quais se propõe: ensino, pesquisa e extensão. Pretende-se, dessa forma, além de buscar garantir o direito à educação com qualidade a todos, incitar nesses futuros profissionais a responsabilidade e o compromisso social de trabalhar a neurodivergência da melhor forma possível onde quer que eles atuem.

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

Acredita-se que o artigo possa contribuir para inspirar práticas semelhantes em outros ambientes acadêmicos, bem como incentivar a pesquisa e a escrita de diversos trabalhos nessa linha de estudo. A exemplo dos próprios ônibus da UFRN que ainda não possuem plataforma de acessibilidade para cadeirantes, entende-se que ainda há muito a se realizar e discutir, pois trata-se de uma prática recente.

Referências

- AGUILAR, C. P. C., & RAULI, P. F. (2020). Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. *Revista Educação Especial*, 33, 1-26.
- ALEXANDRINO, E. G., SOUZA, D., BIANCHI, A. B., MACUCH, R., & BERTOLINI, S. M. M. G. (2017). Desafios dos alunos com deficiência visual no ensino superior: um relato de experiência. *Cinergis*, 18(1), 1-7.
- AYCHA, A. A., ROVETTO, S. S. M., & OLIVERIA, R.A. (2014). Desafios da implantação de do atendimento educacional especializado no ensino superior. *Revista Educação Especial*, 27(49), 299-311.
- BRASIL (2000). Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. DOU, Brasília, DF.
- BRASIL (2009A). Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. DOU, Brasília, DF.
- BRASIL (2014). Decreto 8.368 de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2014. DOU, Brasília, DF.
- BRASIL (2015). Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. DOU, Brasília, DF.
- CAIADO, K. R. M. (2022). *Aluno com deficiência visual na escola: lembranças e depoimentos*. Autores Associados.
- CANTORANI, J. R. H., PILATTI, L. A., HELMANN, C. L., & SILVA, S. D. C. R. D. (2020). A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. *Revista Brasileira de Educação*, 25.
- CAPUCCE, V. S., DA COSTA MEDEIROS, J. G., DA SILVA, A. D. C. R., DA SILVA, Í. D. G., DE ANDRADE, R. A. O., DOS SANTOS, M. B., & JUNIOR, A. G. B. (2021). Desafios da permanência de estudantes LGBTQ+ na universidade: percepção de discentes de centro universitário amazônico. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 13(4), e7109-e7109.
- CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, (s.d.). *Núcleo de Apoio ao Discente (NADIS)*. Portal CCSA. https://ccsa.ufrn.br/portal/?page_id=2635
- DE LIMA, F. J., & DOS SANTOS SILVA, F. T. (2008). Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas
- DIAS SOBRINHO, J. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, 31, 1223-1245.
- FERRARI, MARIAN A. L. DIAS; SEKKEL, MARIE CLAIRE. (2007). Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio. *Psicologia ciência e profissão*, 27 (4), 636-647
- FERREIRA, R. D. S. C. (2016). Transtorno do Espectro Autista. *A Neurociência e a Educação: Como nosso cérebro aprende?*, 28.
- FERREIRA, S. L. (2007). Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13, 43-60.\

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

- FREIRE, A. P., PAIVA, D. M. B., & FORTES, R. P. D. M. (2020). Acessibilidade digital durante a pandemia da COVID-19: uma investigação sobre as instituições de ensino superior públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Informática na Educação-RBIE*, 28, 956-984.
- GRAEFF, R. L., & VAZ, C. E. (2008). Avaliação e diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). *Psicologia USP*, 19, 341-361.
- MANZINI, E. J. (2005). Inclusão e acessibilidade. *Revista da Sobama*, 10(1), 31-36
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Documento MEC nº 123). Brasília, Brasil. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>
- MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 21 maio. 2023.
- NERES, C. C., & CORRÊA, N. M. (2008). O trabalho como categoria de análise na educação do deficiente visual. *Cadernos Cedes*, 28, 149-170.
- PIMENTEL, S. C., & PIMENTEL, M. C. (2017). Acessibilidade para inclusão da pessoa com deficiência: sobre o que estamos falando?. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, 26(50), 91-103.
- PLETSCH, M. D. (2009). A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar em revista*, 143-156.
- RIELLA, M. D. S. N. (2020). Inclusão e acessibilidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de estudantes com deficiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SÁ, Ana Claudia Maranhão. (2020). *Acessibilidade e Inclusão no ensino superior: Reflexões e ações em universidades brasileiras* [Ebook] / Ana Claudia Maranhão Sá, Vanessa Helena Santana Dalla Déa. – Goiânia: Cegraf UFG. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/CI_Acessibilidade_Inclusao_Ensino_Superior.pdf
- SASSAKI, R. K. (2003). Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. *São Paulo: RNR*, 12-16.
- _____. (2006). O conceito de acessibilidade. *Bengala Legal.com*. 2006.
- SILAME, T. R., MARTINS JÚNIOR, H., & FONSECA, A. H. S. (2020). O efeito das cotas: desempenho acadêmico dos estudantes cotistas da Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba. *Revista Brasileira de Ciência Política* (33), Sep-Dec 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.193375>.
- SIQUEIRA, I. M., & SANTANA, C. D. S. (2010). Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 16, 127-136.
- SOUSA SILVA, L. (2021). Os desafios da monitoria acadêmica: o uso do planisfério tátil como recurso didático para alunos com baixa visão dentro da disciplina de Cartografia I. *Anais do Encontro Regional de Ensino de Geografia*, 240-249.
- SOUZA, C. S. L. & AGUIAR, N. G. F. (2020). Integrar ou incluir alunos com necessidades educacionais específicas? *Revista Extensão & Sociedade*. 73-86, e-ISSN 2178-6054
- SOUZA, C. T. R., & COSTA, M. F. L. (2014). Acessibilidade e inclusão de cadeirantes na Universidade Federal do Pará. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 9(2), 459-469.
- SUBSECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2009b.
- UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e prática na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, (s.d.). *Como proporcionar inclusão e acessibilidade nas unidades*. Portal do SIA. <https://sia.ufrn.br/orientacoes/como-proporcionar-inclusao-e-acessibilidade-nas-unidades>
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, (s.d.). *Portal do Sia*. SIA UFRN. <https://sia.ufrn.br/>
- VANBERGEIJK, E., KLIN, A., & VOLKMAR, F. (2008). Supporting more able students on the autism spectrum: College and beyond. *Journal of autism and developmental disorders*, 38, 1359-1370.

DOSSIÊ TURISMO ACESSÍVEL

VENTURINI, A. C. (2017). A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. *Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11*, 1-15.

VOLKMAR, F. R., & WOLF, J. M. (2013). When children with autism become adults. *World Psychiatry, 12*(1), 79.